

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

BVEP Vila Parque
Empreendimento
Imobiliário SPE Ltda.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e quotista
BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.





BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026.


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by

Signed By: PAULO RODRIGO PECHT 20180902024
CPF: 20180902024
Signing Time: 30 de março de 2026 | 20:54 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
E: AC 5414154 RFB
Paulo Rodrigo Pecht
Contador 1SP213429/O-7

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024***Em milhares de Reais*

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.245	9.106
Contas a receber	6	3.340	4.820
Estoque de imóveis	7	3.880	4.332
Adiantamento a fornecedores	8	24	24
Tributos a recuperar		1	1
Outros ativos		8	17
		<u>18.498</u>	<u>18.300</u>

Não circulante			
Contas a receber	6	9.805	11.805
Terrenos a comercializar	7	41.131	41.003
Outros ativos		70	70
		<u>51.006</u>	<u>52.878</u>

Total do ativo		<u>69.504</u>	<u>71.178</u>
-----------------------	--	---------------	---------------

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante			
Fornecedores	9	41	34
Obrigações com clientes		-	97
Obrigações tributárias		26	53
Provisões	10	1.924	1.415
		<u>1.991</u>	<u>1.599</u>

Não circulante			
Provisões	10	153	21
Passivos tributários diferidos	11	525	665
		<u>678</u>	<u>686</u>

Patrimônio líquido			
Capital social	12.a.	58.085	58.085
Lucros acumulados	12.b.	8.750	10.808
		<u>66.835</u>	<u>68.893</u>

Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>69.504</u>	<u>71.178</u>
---	--	---------------	---------------

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.**Demonstração de resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2025 e 2024***Em milhares de Reais*

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	13	388	5.904
Custo dos imóveis vendidos	14	(451)	(2.889)
Lucro líquido		(63)	3.015
Despesas comerciais	15	(12)	(659)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.432)	(2.838)
Demais receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(1.711)	(3.118)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(4.218)	(3.600)
Receitas financeiras	18	2.178	1.682
Despesas financeiras	18	(123)	(432)
Resultado financeiro líquido		2.055	1.250
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(2.163)	(2.350)
Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente)	19	(15)	(1)
Imposto de Renda e Contribuição Social (diferido)	19	120	145
Prejuízo do exercício		(2.058)	(2.206)
Resultado por quotas atribuível aos quotistas - R\$			
Prejuízo por lote de mil quotas - R\$		(2,06)	(2,21)
Quantidade de quotas (lote de mil)		58.085	58.085

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.**Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em dezembro de 2025 e 2024***Em milhares de Reais*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo líquido do	(2.058)	(2.206)
exercício Outros resultados	-	-
abrangentes		
Resultado abrangente total	(2.058)	(2.206)

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***Em milhares de Reais*

	<u>Nota</u>	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		58.085	13.014	71.099
Prejuízo do exercício		-	(2.206)	(2.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		58.085	10.808	68.893
Prejuízo do exercício		-	(2.058)	(2.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		58.085	8.750	66.835

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***Em milhares de Reais*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Das operações		
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.163)	(2.350)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Provisão/(reversão) para despesas tributárias diferidas	(35)	(68)
Provisões/(reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(2.527)	(1.826)
Provisões/(reversões) para garantia de obra, distratos, contingências e perda de estoque de terrenos	812	1.687
Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber por venda de imóveis	6.229	7.554
Estoque de imóveis a comercializar	229	2.456
Adiantamento a fornecedores	-	305
Impostos a recuperar	-	107
Outros ativos	9	(12)
Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores	7	(82)
Obrigações tributárias	1	(140)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28)	(20)
Obrigações com clientes	(97)	(6)
Outros passivos	(298)	(582)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais	<u>2.139</u>	<u>7.023</u>
Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>2.139</u>	<u>7.023</u>
Variação de caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9.106	2.083
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	11.245	9.106
Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>2.139</u>	<u>7.023</u>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (“BVEP Vila Parque”), é uma sociedade limitada, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, Vila Gertrudes São Paulo - SP, foi constituída em 27 de fevereiro de 2012 e tem por objeto social o propósito específico de desenvolvimento de projeto de construção de condomínio residencial, composto por lotes e quadras, localizado na Avenida Tenente Marques, altura do nº 4.900, Chácara do Solar III, na cidade de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo.

O empreendimento é referente a quadra 58, com área de terreno de 127.929 m², área privativa de 44.886 m² e total de 606 unidades habitacionais e 8 vagas de garagem, sendo o mês e o ano de lançamento novembro de 2014, encontra-se concluído, com a entrega dos imóveis comercializados a partir de dezembro de 2017, encerra o ano de 2025, com 602 unidades vendidas (595 em 2024).

Os negócios da BVEP Vila Parque estão inseridos dentro do plano estratégico de seu acionista controlador que é a comercialização e o recebimento dos valores decorrentes da venda das unidades imobiliárias do empreendimento. Em conjunto, existem atividades inerentes a incorporação imobiliária como relacionamento com os clientes, fornecedores e garantias existentes em lei. Desta forma, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O excedente de caixa não reaplicado em novos projetos imobiliários é investido em títulos e valores mobiliários de renda fixa, produzindo receitas financeiras para a empresa.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (“BVEP Vila Parque”), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à pequenas e médias empresas, que incluem os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, em consonância com a Lei nº 6.404/76, bem como alterações introduzidas com o advento da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nos Instrumentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente o CPC para Pequenas e Médias Empresas (PME), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 30 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme CPC 26, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nas notas explicativas como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante".

3 Novas normas, alterações e interpretações

Principais normas e interpretações que entraram em vigor em 2025:

- **Alterações no CPC 48 e CPC 40** - São alterações para abordar questões identificadas durante a revisão pós implementação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 e CPC 40. A adoção é aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026 e a empresa trabalhará na avaliação dos impactos dessas alterações.
- **Alteração no CPC 51** – Trata da apresentação e divulgação de informações nas Demonstrações Contábeis. Introduce três categorias definidas para receitas e despesas, sendo classificadas em operacionais, de investimento ou de financiamento. Tal norma tem por objetivo melhorar a utilidade das informações divulgadas e fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas. A adoção se tornará obrigatória a partir de 1º de janeiro 2027 e o conglomerado trabalhará na avaliação dos impactos de tais requisitos.

4 Políticas contábeis, estimativas e julgamentos materiais

4.1. Base de reconhecimento e mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto determinados ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da empresa.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à pequenas e médias empresas exige que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A empresa revisa as estimativas e as premissas de forma contínua, e pelo menos anualmente, sendo as revisões reconhecidas prospectivamente. Abaixo listamos as principais estimativas vigentes para o exercício social.

a. Redução dos valores de recuperação dos ativos (*impairment*)

A empresa avalia, ao final de cada exercício, se há evidências objetivas de que um ativo financeiro está deteriorado. Um ativo, individualmente ou em conjunto com outros, é considerado deteriorado quando existem indícios objetivos de perda por *impairment*, resultantes de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, e cujos efeitos possam ser mensurados de forma confiável.

b. Ativos e passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, a empresa constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista por meio de avaliações jurídicas.

A avaliação de prognósticos de perda considera a probabilidade de desembolsos da empresa, levando em conta as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e envolve um alto grau de julgamento.

As provisões contingentes são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, para evitar o reconhecimento de receitas que podem nunca ser realizadas. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, o ativo passa a ser reconhecido, uma vez que deixa de ser considerado contingente.

c. Provisão para crédito de liquidação duvidosa e distratos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos é constituída com base na totalidade da carteira de créditos a receber de clientes, visando estimar perdas prováveis com base no histórico de inadimplência e nas perspectivas de perdas esperadas das operações em curso. A avaliação da probabilidade de perdas considera o contexto econômico local e nacional, as condições de mercado para compra e venda de imóveis e, por fim, a análise da Administração quanto ao cenário operacional e econômico-financeiro da empresa.

d. Provisão para garantias

Provisões para garantias são constituídas para cobrir possíveis gastos com reparos no empreendimento no exercício de garantia. Tanto por questões legais (Código de Defesa do Consumidor) quanto comerciais (busca da satisfação do cliente e valorização da marca), a empresa se responsabiliza pelo reparo de itens que apresentem defeito de construção pelo prazo determinado da garantia. A avaliação de probabilidade de gastos com reparos inclui a avaliação de histórico de manutenção nas unidades imobiliárias, bem como do acompanhamento e da avaliação do corpo técnico da empresa.

4.2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pela empresa de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado da venda de imóveis

Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.

Os juros prefixados, decorrentes das vendas das unidades, são apropriados ao resultado, observando-se o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras com alta liquidez e baixo risco de mudança de valor, com vencimentos de até 90 dias a partir da data da aplicação.

c. Clientes - promitentes compradores de imóveis

São demonstrados ao custo, acrescido de variação monetária, líquido de ajuste a valor presente. Em relação aos recebíveis por incorporação, a provisão para distratos é constituída por valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos os quais não possuem garantia real.

As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas.

c.1 “Impairment” de contas a receber - Provisão de distratos

As vendas de unidades são realizadas durante o período de construção, ao final da qual ocorre a liquidação do saldo devedor através da obtenção de financiamento pelo comprador junto a instituições financeiras ou, em raros casos, efetuados a alienação fiduciária do bem como garantia do saldo a receber, nesses casos não havendo expectativa de perda que requeira a constituição de provisão para distratos. Entretanto, em caso de deterioração do crédito por parte dos compradores entre a data da venda e a data de obtenção do financiamento, determinados contratos podem ser objeto de distratos, motivo pelo qual a provisão será constituída para fazer face a margem apropriada de contratos firmados que apresentam evidências objetivas de “impairment”. A provisão é constituída como redutora das contas a receber de clientes, tendo em contrapartida a rubrica “Receita operacional líquida” na Demonstração do Resultado, a diferença existente entre o montante de contas a receber e a receita de venda é contabilizada na rubrica de “Provisões”, no Balanço Patrimonial.

Na ocorrência de distrato de contrato de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente, são revertidos, recompondo os saldos de clientes e de estoque das unidades a comercializar, e revertido da provisão para distratos o montante atrelado à respectiva venda cancelada.

No encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração da empresa realizou análise de suas estimativas com o objetivo de avaliar a necessidade de constituição de provisão para distratos. Concluímos sobre as estimativas apuradas através de controles internos de monitoramento e cobrança que indicam potenciais novos pedidos de distratos, dessa forma, a empresa estimou as provisões para a carteira de inadimplentes, utilizando como base o valor de venda geral deduzidos de distratos a pagar já provisionados.

O saldo da provisão para distratos, é considerado suficiente pela Administração da empresa para fazer face à estimativa com perdas futuras na realização do saldo de contas a receber no exercício atual.

A empresa realiza periodicamente análise de suas estimativas com o objetivo de avaliar a necessidade de constituição de provisão para situação de distratos potenciais. A Administração concluiu, por meio de avaliações individuais e seus controles internos de monitoramento e cobrança, potenciais novos pedidos de distratos com probabilidade provável de cancelamento do contrato de compra e venda. Para esses casos, a empresa

estima uma reserva sobre o valor recebido para cobrir gastos com a nova venda da unidade, e considera uma provisão para perdas com distratos sobre o valor nominal recebido do cliente, no curto prazo, montante considerado aceitável pela Administração para os casos de rescisão contratual amigável, e no longo prazo, também sobre o montante nominal recebido do cliente, prática adotada no âmbito jurídico, em caso de condenação da empresa em ação indenizatória movida pelos clientes, totalizando uma provisão de 80% dos montantes recebidos.

A empresa, avalia tempestivamente a necessidade de complemento da capacidade financeira do cliente no processo de contratação de financiamento imobiliário (“repasse imobiliário”), oferecendo financiamento complementar aos seus clientes os quais não possuem garantia real, tendo esse financiamento a denominação de “pró soluto”. Eventualmente, parte desses clientes pode enfrentar problemas de inadimplência e não efetuar o pagamento regular das parcelas que compõem parte do saldo das contas a receber de clientes (pró soluto), ocasionando perdas para a empresa. Para os clientes que apresentarem parcelas inadimplentes de pró soluto superiores a 180 dias, a empresa constitui provisão para perdas.

A provisão para perdas em relação ao “pró soluto” será constituída para fazer face a margem apropriada de contratos firmados e que apresentam evidências objetivas da não efetivação dos benefícios econômicos vertidos para empresa. A provisão é constituída como redutora das contas a receber de clientes, tendo em contrapartida a rubrica “Receita operacional líquida” na Demonstração do Resultado.

d. Estoque imobiliário e terrenos a comercializar

O custo incorrido das unidades ainda não comercializadas é registrado no custo de construção, de maneira que não exceda seu valor líquido realizável. Esse estoque é composto por terrenos, materiais, mão de obra contratada e gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário. A empresa também mantém em seu estoque terrenos a comercializar, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição. Nesse caso, a empresa tem como objetivo imediato a comercialização desses terrenos, sem qualquer tipo de benfeitoria, considerando apenas o valor de mercado para venda. Esses terrenos estão sendo ofertados para venda direta a outros investidores e/ou desenvolvedores imobiliários que tenham o objetivo de desenvolver projetos imobiliários no local.

e. Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos estoques são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicativos de perda no valor recuperável. Caso sejam identificados indicativos de perda no valor recuperável do ativo, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável, quando o valor contábil excede o valor recuperável estimado, sendo a perda reconhecida no resultado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento inicial

O saldo de contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que for originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento) é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são inicialmente mensuradas pelo preço da transação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado de acordo com sua mensuração subsequente, podendo ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) — para instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais — ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto quando a empresa altera seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Nesses casos, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação subsequente à mudança do modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando ambas as condições a seguir são atendidas e ele não é designado ao VJR:

- é mantido em modelo de negócios cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando ambas as condições a seguir são atendidas e ele não é designado ao VJR:

- é mantido em modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro; e
- seus fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto.

No reconhecimento inicial de investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação, a empresa pode optar, de forma irrevogável, por reconhecer as variações subsequentes do valor justo em outros resultados abrangentes (ORA), sendo essa opção feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios para mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a empresa pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro ao VJR quando essa designação eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

Ativos financeiros a VJR	São mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	São subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i>

	são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	São mensurados, subsequentemente, ao valor justo. A receita de juros, calculada com base no método dos juros efetivos, bem como os ganhos e perdas cambiais e as perdas por <i>impairment</i> , são reconhecidos no resultado. Demais variações no valor justo são registradas em Outros Resultados Abrangentes (ORA). No momento do desreconhecimento do ativo, o saldo acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	São mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos/perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como VJR quando é designado como tal no reconhecimento inicial, quando se trata de um derivativo ou quando é mantido para negociação. Nesses casos, os passivos são mensurados ao valor justo, sendo os ganhos e perdas, inclusive os encargos de juros, reconhecidos diretamente no resultado.

Os demais passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

(iii) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A empresa realiza a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo, ou quando a empresa não retenha o controle sobre o ativo financeiro.

Nas transações em que a empresa transfere ativos financeiros, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios, os ativos não são baixados.

Passivos financeiros

A empresa realiza a baixa de um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expira, ou quando ocorre modificação substancial dos termos contratuais, resultando em fluxos de caixa significativamente diferentes. Nesses casos, um novo passivo é reconhecido com base nos termos modificados, mensurado ao valor justo.

A diferença entre o valor contábil do passivo baixado e a contraprestação paga — incluindo ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos — é reconhecida no resultado do período.

g. Distratos a pagar

A empresa constitui provisão para distratos a pagar em relação a clientes que apresentem parcelas vencidas, com base em premissas definidas pela Administração. O montante da provisão considera a expectativa de recuperação do imóvel pela empresa, bem como a possibilidade de retenção de determinados valores quando do pagamento das indenizações aos respectivos promitentes compradores.

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2025

As principais premissas utilizadas para a constituição da provisão incluem, entre outros fatores: (a) atrasos no pagamento das parcelas; e (b) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis. Na presença dessas evidências, a respectiva provisão é registrada, sendo adotada pela empresa a abordagem simplificada. As premissas são revisadas anualmente, a fim de refletir eventuais mudanças nas circunstâncias e no histórico observado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são apurados pelo regime de lucro presumido. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre lucros que excedam R\$ 240, e a contribuição social à alíquota de 9%.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos quando há expectativa provável de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico aprovado pela Administração. Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social corresponde, respectivamente, a 8% e 12% da receita bruta, sobre as quais são aplicadas as alíquotas nominais. A legislação fiscal permite, ainda, o diferimento do pagamento dos tributos de acordo com o recebimento das vendas contratadas, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 84/79.

Classificação da receita	Percentual presumido
Receitas das atividades próprias	8% e 12% para IR e CS
Receitas financeiras	100%

i. Patrimônio de afetação (RET)

A Administração optou pelo Regime Especial de Tributação (RET), com base no Patrimônio de Afetação do empreendimento, no qual a base de cálculo é o montante das receitas recebidas de promitentes, sobre as quais se aplicam a alíquota de 4% (sendo IRPJ 1,26%, CSLL 0,66%, PIS 0,37% e COFINS 1,71%).

5 Caixa e equivalentes de caixa

É composto pelos valores de caixa, bancos e aplicações financeiras e referem-se a disponibilidades mantidas pela empresa, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixas e Bancos	219	584
Aplicações Financeiras (a)	11.026	8.522
Total	<u>11.245</u>	<u>9.106</u>

(a) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Investimento BB Fundo de Renda Fixa, e são remunerados pela taxa CDI.

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

6 Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber	17.837	24.067
(-) Provisão para perda de crédito	(4.644)	(4.040)
(-) Provisão para distratos	(48)	(3.402)
Total	<u>13.145</u>	<u>16.625</u>
Ativo circulante	3.340	4.820
Ativo não circulante	9.805	11.805

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

Aging list

Vencidas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Até 90 dias	217	210
De 91 a 180 dias	479	503
Acima de 180 dias	4.692	7.442
Subtotal – vencidas	<u>5.388</u>	<u>8.155</u>
(-) Provisão para perda de crédito	(4.644)	(4.040)
(-) Provisão para distratos	(48)	(3.402)
Subtotal - vencidas líquidas	<u>696</u>	<u>713</u>
A vencer		
2025	-	4.107
2026	4.197	2.872
2027	2.461	3.422
2028	3.010	3.114
2029	1.708	1.119
2030 em diante	1.073	1.278
Subtotal - a vencer	<u>12.449</u>	<u>15.912</u>
Total contas a receber líquido	<u>13.145</u>	<u>16.625</u>

As provisões para perda de crédito estão assim compostas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 1º de janeiro	(4.040)	(4.757)
Reversão de provisão para perda de crédito	-	717
(-) Constituição de provisão para perda de crédito	(604)	-
Em 31 de dezembro	<u>(4.644)</u>	<u>(4.040)</u>

A provisão para distratos está assim composta:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Em 1º janeiro	(3.402)	(4.944)
Reversão de provisão para distrato	3.354	1.542
Em 31 de dezembro	<u>(48)</u>	<u>(3.402)</u>

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

7 Estoque de imóveis e Terrenos a comercializar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Terrenos a comercializar	46.246	46.246
Provisão para perda de estoque terrenos (a)	(5.115)	(5.243)
Imóveis concluídos	3.596	3.824
Provisão para distratos de imóveis	284	508
Total	<u>45.011</u>	<u>45.335</u>
Estoque de imóveis	3.880	4.332
Terrenos a comercializar	41.131	41.003

Os saldos dos imóveis concluídos incluem o valor da provisão para distrato constituída. Conforme políticas internas da empresa, o estoque somente estará disponível para venda após a efetiva realização do cancelamento da venda.

(a) Com base em estudo de vocação realizado no exercício, que avaliou o potencial construtivo dos terrenos à luz da legislação vigente, da demanda de mercado e da viabilidade financeira dos projetos, foi identificada perda no valor recuperável dos estoques de terrenos a comercializar. Diante disso, a Administração reconheceu a respectiva provisão para perda de estoques, ajustando o saldo ao valor recuperável de R\$ 41.131 (R\$ 41.003 em 2024).

A evolução das quantidades de unidades em estoque está representada como segue:

	<u>2025</u>			<u>2024</u>		
	Estoque	Vendas	Distratos	Estoque	Vendas	Distratos
	12	9	2	19	24	8

A análise do valor realizável líquido dos estoques de unidades imobiliárias, demonstra que não existe indicativos de perda no seu valor recuperável a ser registrado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

8 Adiantamento a fornecedores

O saldo da conta de adiantamento fornecedores, corresponde ao montante de R\$ 24 em 2025 e 2024, compreende o saldo de créditos junto a fornecedores para utilização na aquisição de materiais e prestação de serviços no ativo circulante.

9 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, a valores a pagar a empresas terceirizadas pela prestação de serviços administrativos, bem como a fornecedores de materiais e serviços relacionados à construção e à manutenção do projeto imobiliário, com prazo médio de vencimento de 30 dias, totalizando R\$ 41 em 2025 (R\$ 34 em 2024), registrados no passivo circulante.

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

10 Provisões

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão para distratos	454	62
Provisão para contingências	1.623	1.374
Total	<u>2.077</u>	<u>1.436</u>
Passivo circulante	1.924	1.415
Passivo não circulante	153	21

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as movimentações na provisão para contingências estão sumarizadas a seguir:

	<u>Processos cíveis</u>	<u>Processos trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.334</u>	<u>40</u>	<u>1.374</u>
Constituição de provisão	585	-	585
Reversão de provisão	-	(40)	(40)
Baixa por pagamento	(296)	-	(296)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.623</u>	<u>-</u>	<u>1.623</u>

Processos cíveis e trabalhistas

A empresa é parte em outros processos trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível, sendo que, nenhuma provisão foi constituída para fazer face de desfechos desfavoráveis dos mesmos, o valor correspondente para perdas classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.093 (R\$ 655 em 2024).

11 Passivos tributários diferidos

A diferença entre o lucro apurado pelos regimes de caixa e de competência, denominada imposto diferido, é tributada, em média, ao longo de cinco anos, considerando o prazo de recebimento das vendas.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
PIS	49	62
COFINS	224	284
IRPJ	165	209
CSLL	87	110
Total	<u>525</u>	<u>665</u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da empresa, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 58.085 (R\$ 58.085 em 31 de dezembro de 2024), representado, em ambos os exercícios, por 58.084.519 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2025

	Participação	2025		2024	
		%	Quantidade de quotas	Capital social	Quantidade de quotas
Sócios					
BV Empreendimentos e Participações S.A.	100%	58.084.519	58.085	58.085.519	58.085

b. Lucros do exercício

Dos lucros apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados, cabendo à maioria dos sócios deliberar sobre a destinação dos lucros remanescentes, admitida a distribuição desproporcional à participação no capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve deliberação sobre a destinação desses lucros.

13 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita bruta de vendas	1.446	8.222
Reversão de crédito e distrato	2.750	2.259
(-) Distratos	(3.631)	(4.147)
(-) Patrimônio de afetação (PIS / COFINS)	(177)	(430)
Total receita operacional líquida	388	5.904

14 Custo dos imóveis vendidos

	2025	2024
Custo de construção e terrenos	(228)	(2.456)
Custo de imóveis no reconhecimento da provisão para distratos	(223)	(433)
Total	(451)	(2.889)

15 Despesas comerciais

	2025	2024
Stand de vendas	(3)	(81)
Propaganda e publicidade	(1)	(79)
Comissões de venda	(8)	(499)
Total	(12)	(659)

16 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Vigilância e segurança	(409)	(385)
Assessoria jurídica	(346)	(488)
Serviços contratados	(1.504)	(1.644)
Despesas gerais	(173)	(321)
Total	(2.432)	(2.838)

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

17 Demais receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas de manutenção pós-obra	(1.031)	(1.499)
Reversão de provisão para distratos	(392)	41
Provisão/(reversão) para perda de estoque de terrenos (a)	128	(2.701)
Provisão/(reversão) para contingências judiciais	(548)	974
Outras receitas/(despesas), líquidas	132	67
Total	(1.711)	(3.118)

- (a) A empresa reverteu no ano parte da provisão para perda de estoque de terrenos, enquanto em 2024 reconheceu a provisão para perda conforme “estudo de vocação”, nota 7.a.

18 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimento de aplicações financeiras	1.264	552
Juros e variações monetárias ativas	886	1.015
Outros	28	115
Total	2.178	1.682

Despesas financeiras	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas bancárias	(12)	(10)
Encargos moratórios sobre contas a pagar	(16)	(1)
Descontos concedidos	(95)	(421)
Total	(123)	(432)

19 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado antes da tributação	(2.163)	(2.350)
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto calculado à alíquota nominal de 34%	(735)	(799)
Redução na alíquota de imposto sobre regime especial de tributação do RET (PMCMV) e lucro presumido	649	705
Reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis, ou tributáveis, anteriormente não reconhecidas	71	93
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(15)	(1)
Variação da receita de incorporação imobiliária reconhecida pelo regime de competência	1.446	8.222
Imposto de renda e contribuição social (diferido) calculado sobre a alíquota de 1,92% do RET (1,26% IRPJ e 0,66% CSLL)	120	145

20 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis,

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela empresa e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes” no ativo e “Fornecedores” e “Obrigações com clientes” no passivo, usados para financiar os empreendimentos em construção, e para o capital de giro, todas em condições normais de mercado. Esses instrumentos estão todos reconhecidos pelos critérios descritos no item “i” da Nota Explicativa nº 4.2.

Ativos financeiros	2025	2024	Mensuração
Caixa e equivalente de caixas	11.245	9.106	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	13.145	16.625	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros			
Fornecedores	41	34	Custo amortizado
Obrigações com clientes	-	97	Custo amortizado

A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Valor justo dos ativos e passivos

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos, estão apresentados nas demonstrações financeiras, por valores que se aproximam ao valor de mercado, considerando operações similares.

Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível 2: inputs incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo e enquadram-se como nível 2.

21 Gestão de riscos e capital

O conglomerado ao qual a companhia pertence adota uma abordagem integrada de gestão de riscos, utilizando instrumentos que permitem a consolidação e o controle dos riscos relevantes enfrentados pelo grupo.

BVEP Vila Parque Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2025

Essa abordagem visa organizar o processo decisório e definir mecanismos de controle para níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, alinhados à estratégia de negócios adotada.

O processo de gestão de riscos do conglomerado segue as melhores práticas de mercado e é constantemente atualizado, considerando a natureza dinâmica do mercado. A companhia, como parte do conglomerado, aplica essa abordagem integrada na gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observadas no documento “Relatório de gestão de riscos e capital”, elaborado pelo conglomerado, do qual a companhia faz parte, com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no website de Relações com Investidores em <https://ri.bv.com.br/>.

22 Cobertura de seguros

A política de seguros considera, principalmente, a concentração e a relevância dos riscos, bem como a contratação de coberturas em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em conta a natureza de suas atividades e as orientações de seus consultores especializados. Após a entrega dos empreendimentos, a companhia optou por não manter a contratação de seguros, uma vez que, conforme avaliação de seus analistas de risco, o nível de risco é considerado baixo.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: FEFC6ACC-B1DF-434B-A674-38497A3B6E83
 Assunto: Complete com o Docusign: DF BVEP V. Parque_Dez25_vFinal(assinada).pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 25
 Assinar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Isabela Veiga
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 isabela.veiga@pwc.com
 Endereço IP: 20.226.46.50

Rastreamento de registros

Status: Original 30 de março de 2026 19:42	Portador: Isabela Veiga isabela.veiga@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 30 de março de 2026 20:55	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

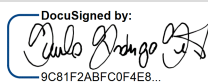
Paulo Pecht
 paulo.pecht@pwc.com
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SERASA RFB v5
 Assunto: CN=PAULO RODRIGO PECHT:25185992824

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://publicacao.certificadodigital.com.br/reppositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 30 de março de 2026 | 19:44
 Visualizado: 30 de março de 2026 | 20:52
 Assinado: 30 de março de 2026 | 20:55

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Isabela Veiga isabela.veiga@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30 de março de 2026 20:55 Visualizado: 30 de março de 2026 20:55 Assinado: 30 de março de 2026 20:55
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30 de março de 2026 19:44
Entrega certificada	Segurança verificada	30 de março de 2026 20:52
Assinatura concluída	Segurança verificada	30 de março de 2026 20:55
Concluído	Segurança verificada	30 de março de 2026 20:55

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------